

10ª Edição - 2010

EXAME



C N A I



Prova de Qualificação Técnica Geral

NOME:

N.º DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 28/2010

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova de Qualificação Técnica Geral

Use como rascunho as páginas finais no final deste caderno. As mesmas não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
- Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).

Observações quanto ao preenchimento da Folha de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	☒	☐	☐	☐
02	☐	☒	☐	☐
03	☐	☐	☒	☐
04	☐	☐	☐	☒

Assinale **somente** uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas e as folhas de respostas não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.).

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na folha de respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA DE PROVA SOMENTE
APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 4 (quatro) alternativas, e 2 (duas) questões dissertativas.

Havendo algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. A companhia aberta Brasília S.A. adquiriu em maio de 2009 uma participação minoritária de 48% do capital votante (32% do capital total) da Luisiânia S.A. Em setembro de 2009, em virtude da celebração de um acordo de acionistas firmado, pela primeira vez, na investida, a Brasília S.A. passou a exercer controle sobre a administração da Luisiânia S.A. Em 31 de dezembro de 2009, a Brasília S.A. deverá elaborar demonstrações contábeis consolidadas. Com relação à demonstração do resultado da subsidiária, qual período será objeto de consolidação?
- a) maio a dezembro de 2009.
 - b) somente a partir de 2010.
 - c) janeiro a dezembro de 2009.
 - d) setembro a dezembro de 2009.
2. A Assembleia Geral Extraordinária da companhia aberta Mato Grosso S.A., realizada em 10 de junho de 2009, decidiu distribuir aos acionistas uma bonificação em ações de 20% do capital social, que, na data, estava representado por 400.000 ações ordinárias e 600.000 ações preferenciais. A bonificação decorre da capitalização da reserva de lucros. Ao mesmo tempo, ficou definido que o custo fiscal das ações bonificadas seria de R\$ 0,60 cada. Com base na legislação societária, como você, na condição de contador da controladora Pará S.A., que possui 380.000 ações ordinárias da investida, deverá proceder para registrar contabilmente essa bonificação de forma correta?
- a) Aumentarei o investimento em R\$ 45.600,00 em contrapartida ao resultado da equivalência patrimonial.
 - b) Aumentarei o investimento em R\$ 45.600,00 em contrapartida à conta de reserva de capital no patrimônio líquido.
 - c) Reduzirei o valor da participação em R\$ 45.600,00 em contrapartida ao resultado da equivalência patrimonial.
 - d) Não efetuarei nenhum registro contábil.

3. Considerando as determinações constantes na Deliberação n.º 273/98 e na Instrução CVM n.º 371/02, referentes à contabilização do ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e das bases negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL) e das diferenças temporárias, assinale a opção **CORRETA**.

- a) Devem ser reconhecidos, total ou parcialmente, desde que exista histórico de lucratividade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, definidos em estudo técnico de viabilidade que permita a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de três anos.
- b) Devem ser reconhecidos, total ou parcialmente, desde que exista histórico de lucratividade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, definidos em estudo técnico de viabilidade que permita a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos.
- c) Devem ser reconhecidos, total ou parcialmente, desde que exista histórico de lucros e expectativa de lucros tributáveis futuros, baseado no prazo definido em estudo técnico de viabilidade, que permita a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de cinco anos e, desde que a companhia tenha obtido lucro tributável em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais.
- d) Pelo fato de contrariar o Princípio do Conservadorismo, esses ativos não devem ser objeto de contabilização, sendo registrados somente quando compensados com impostos e contribuições devidos.

4. A companhia Amazonas S.A., com o objetivo de aplicar o método de equivalência patrimonial em sua controlada Rondônia S.A., procedeu à eliminação do lucro não realizado na controlada de transações realizadas entre elas. A seguir, encontram-se demonstrados os valores (em reais) na data-base de 31 de dezembro de 2009:

Patrimônio líquido da controlada	12.600.000,00
Lucro não realizado	2.400.000,00
Valor contábil do investimento antes da equivalência	6.300.000,00
Percentual de participação no capital	60%

Baseado nos dados apresentados e levando-se em consideração a Instrução CVM n.º 247/96 e sua nota explicativa, determine o novo valor contábil do investimento da Amazonas após a aplicação do método de equivalência patrimonial.

- a) R\$ 5.160.000,00.
- b) R\$ 6.120.000,00.
- c) R\$ 7.560.000,00.
- d) R\$ 9.000.000,00.

5. De acordo com a Lei n.º 6.404/76, a companhia poderá negociar com as próprias ações, EXCETO:

- a) nas operações de resgate, reembolso ou amortização previstas em lei.
- b) na aquisição para permanência em tesouraria ou cancelamento, adquiridas até o valor do saldo das reservas de lucro, inclusive a reserva legal, e sem diminuição do capital social ou por doação.
- c) na compra, quando, resolvida a redução do capital, mediante restituição em dinheiro, de parte do valor das ações, o preço destas em bolsa for inferior ou igual à importância a ser restituída.
- d) na alienação das ações adquiridas para permanência em tesouraria ou cancelamento.

6. De acordo com a Lei n.º 6.404/76 e alterações posteriores, compete ao conselho de administração, se houver, ou aos diretores, observado o disposto no estatuto, convocar a assembleia geral. Entretanto a Lei permite que a assembleia geral seja também convocada em outras situações. Com base na Lei n.º 6.404/76, a assembleia geral NÃO poderá ser convocada:

- a) pelo conselho fiscal (quando ordinária), se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação; a extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias.
- b) por qualquer acionista, quando os administradores retardarem, por mais de 90 (noventa) dias, a convocação nos casos previstos em lei ou no estatuto.
- c) por acionistas que representem cinco por cento, no mínimo, do capital social, quando os administradores não atenderem, no prazo de oito dias, a pedido de convocação que apresentarem, devidamente fundamentado, com indicação das matérias a serem tratadas.
- d) por acionistas que representem cinco por cento, no mínimo, do capital votante, ou cinco por cento, no mínimo, dos acionistas sem direito a voto, quando os administradores não atenderem, no prazo de oito dias, a pedido de convocação de assembleia para instalação do conselho fiscal.

7. As seguintes afirmações estão baseadas no artigo 243 da Lei n.º 6.404/76 e legislações posteriores sobre o relatório anual da administração, que deve relacionar os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício. Com base nesse assunto, assinale a opção **INCORRETA**.

- a) São coligadas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa.
- b) Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.
- c) Considera-se que há influência significativa quando a investidora detém ou exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la.
- d) É presumida influência significativa quando a investidora for titular de 10% (dez por cento), ou mais, do capital votante da investida, sem controlá-la.

8. O patrimônio líquido da Rio Grande S.A. apresentava-se, em 31 de dezembro de 2009, antes da compensação do prejuízo do exercício de R\$ 280.000,00, com a seguinte composição:

Capital social	800.000,00
Reservas de capital	80.000,00
Reserva de retenção de lucro	100.000,00
Reserva legal	80.000,00
Reserva de lucros para aumento de capital	60.000,00

Baseado no artigo 189 da Lei n.º 6.404/76, qual será a apresentação do patrimônio líquido após a compensação do prejuízo contábil do exercício?

- a) Capital social R\$ 800.000,00; reservas de capital R\$ 80.000,00; reserva legal R\$ 80.000,00; prejuízo acumulado R\$ 120.000,00.
- b) Capital social R\$ 800.000,00; reservas de capital R\$ 80.000,00; prejuízo acumulado R\$ 40.000,00.
- c) Capital social R\$ 800.000,00; reservas de capital R\$ 40.000,00.
- d) Capital social R\$ 800.000,00; reservas de capital R\$ 80.000,00; reserva legal R\$ 80.000,00; reserva de lucros para aumento de capital R\$ 60.000,00; prejuízo acumulado R\$ 180.000,00.

9. A companhia fechada Santa Catarina S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2009, lucro líquido do exercício de R\$ 220.000,00. O estatuto da companhia determina o pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, de acordo com a Lei n.º 6.404/76, de 25% sobre o lucro líquido do exercício. Um acionista minoritário protocolou, na sede da companhia, um pedido à diretoria para pagar nesse exercício um dividendo de 80%, considerando que o lucro do exercício excedeu as expectativas e o orçamento operacional da companhia divulgado durante a apresentação aos acionistas no início do exercício. Com base nos artigos 193 e 202 da Lei n.º 6.404/76 e no estatuto, a diretoria propôs dividendos de:

- a) R\$ 176.000,00.
- b) R\$ 167.200,00.
- c) R\$ 55.000,00.
- d) R\$ 52.250,00.

10. A Paraná S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado, de acordo com o seu estatuto, deve distribuir dividendos obrigatórios de, no mínimo, 50% do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, ajustado pela aplicação do percentual previsto no artigo 193 da Lei n.º 6.404/76 referente à constituição da reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2009, a posição do capital e da reserva legal em reais, a quantidade de ações e o lucro se apresentavam como segue:

Descrição	R\$	Quantidade de Ações
Capital social autorizado	5.000.000,00	5.000.000
Capital social integralizado	3.000.000,00	3.000.000
Ações em tesouraria	400.000,00	200.000
Reserva legal	720.000,00	-
Lucro líquido do exercício	580.000,00	-

Com base nas informações acima e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários, calcule o valor do dividendo por ação do capital social ao final do exercício de 2009 (valor arredondado).

- a) 0,09839.
- b) 0,09183.
- c) 0,09667.
- d) 0,10357.

11. De acordo com a NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, o objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre as demonstrações contábeis, nos seguintes termos:

- a) As demonstrações contábeis foram elaboradas, em quase todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.
- b) As demonstrações contábeis não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.
- c) As demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, independentemente da estrutura de relatório financeiro.
- d) As demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

12. De acordo com a NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, para fins das NBC TAs, assinale a opção INCORRETA.

- a) Estrutura de relatório financeiro aplicável é a estrutura de relatório financeiro adotada pela administração e, quando apropriado, pelos responsáveis pela governança na elaboração das demonstrações contábeis, que é aceitável em vista da natureza da entidade e do objetivo das demonstrações contábeis, ou que seja exigida por lei ou regulamento.
- b) A expressão “estrutura de apresentação adequada” é utilizada para se referir a uma estrutura de relatório financeiro que obriga conformidade com as exigências dessa estrutura.
- c) A expressão “estrutura de apresentação adequada” reconhece, explícita ou implicitamente, que, para conseguir a apresentação adequada das demonstrações contábeis, é necessário que a administração forneça estritamente as divulgações exigidas pela estrutura.
- d) A expressão “estrutura de apresentação adequada” reconhece explicitamente que pode ser necessário que a administração se desvie de uma exigência da estrutura para conseguir a apresentação adequada das demonstrações contábeis. Espera-se que tais desvios sejam necessários apenas em circunstâncias extremamente raras.

13. Com relação à NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, o auditor deve:

- a) planejar e executar a auditoria com relativo ceticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que causam distorção relevante nas demonstrações contábeis.
- b) planejar e executar a auditoria com ceticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que causam distorção relevante nas demonstrações contábeis.
- c) planejar e executar, sempre que aplicável, a auditoria com ceticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que causam distorção relevante nas demonstrações contábeis.
- d) planejar e executar a auditoria com ceticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que não causam distorção relevante nas demonstrações contábeis.

14. De acordo com a NBC TA 580 – Representações Formais, para Fins das Normas de Auditoria, representação formal é:

- a) uma declaração que pode ser escrita pela administração, fornecida ao auditor, para confirmar certos assuntos ou suportar outra evidência de auditoria e, neste contexto, incluem-se as demonstrações contábeis, as afirmações nelas contidas ou os livros e registros comprobatórios.
- b) uma declaração escrita pela administração, fornecida ao auditor, para confirmar certos assuntos ou suportar outra evidência de auditoria e, neste contexto, não se incluem as demonstrações contábeis, as afirmações nelas contidas ou os livros e registros comprobatórios.
- c) uma declaração escrita pela administração, fornecida ao auditor, para confirmar certos assuntos ou suportar outra evidência de auditoria e, neste contexto, incluem as demonstrações contábeis, as afirmações nelas contidas ou os livros e registros comprobatórios.
- d) uma declaração com o conjunto de representações, fornecida pelo Contador ao Auditor Independente, para confirmar certos assuntos ou suportar outra evidência de auditoria e, neste contexto, incluindo as demonstrações contábeis, as afirmações nelas contidas ou os livros e registros comprobatórios.

15. De acordo com a NBC TA 580 – Representações Formais, a data das representações formais deve ser:

- a) tão próxima quanto praticável, mas não posterior à data do relatório do auditor sobre as demonstrações contábeis.
- b) tão próxima quanto praticável, mas posterior à data do relatório do auditor sobre as demonstrações contábeis.
- c) o mais próximo da data de publicação das demonstrações contábeis e antes da data do parecer do conselho fiscal.
- d) posterior à data do relatório do auditor, quando este não realizar trabalhos de eventos subsequentes.

16. De acordo com a NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, o custo de empréstimos são juros e outros custos que a entidade incorre em conexão com o empréstimo de recursos. Quanto ao reconhecimento desses recursos, assinale a opção CORRETA.

- a) A entidade deve reconhecer todos os custos de empréstimos como despesa no resultado no período em que são incorridos.
- b) A entidade deve capitalizar os custos de empréstimo que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo. A entidade deve reconhecer os outros custos de empréstimos como despesa no período em que são incorridos.
- c) A entidade deve capitalizar os custos de empréstimo que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativos em geral.
- d) Os custos de empréstimos somente devem ser capitalizados se comprovado que resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com segurança.

17. No que se refere à amortização do intangível, disposta na NBC T 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que trata do Ativo Intangível Exceto Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (*Goodwill*), assinale a opção INCORRETA.

- a) Caso os direitos contratuais ou outros direitos legais sejam conferidos por um período limitado que possa ser renovado, a vida útil do ativo intangível deve incluir os períodos renováveis apenas se existir evidência para suportar a renovação pela entidade sem custo relevante.
- b) Para os propósitos desta Norma, todos os ativos intangíveis devem ser considerados como tendo vida útil finita. Caso a entidade seja incapaz de fazer uma estimativa confiável da vida útil de ativo intangível, presume-se que a vida seja de dez anos.

- c) Ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado. A entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil: (i) anualmente; e, (ii) sempre que existam indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor.
- d) A entidade deve escolher o método de amortização que reflita o padrão pelo qual se espera consumir os benefícios econômicos futuros do ativo. Caso não possa determinar esse padrão de maneira confiável, a entidade deve utilizar o método da linha reta.

18. A empresa Joinville S.A., sediada em São Paulo, vendeu uma máquina de laminar madeira no valor de R\$ 50.000,00 para a empresa Blumenau Ltda., sediada em Mato Grosso do Sul. O faturamento ocorreu no dia 5/2/2009; a saída da mercadoria ocorreu no dia 6/2/2009; e a entrega da máquina ocorreu no dia 10/2/2009. O contrato de venda prevê que a empresa Joinville S.A. tem a obrigação de instalar a máquina na empresa Blumenau Ltda., o que demandará dois dias de trabalho. Finalmente, após um período de inspeção e testes de 30 dias, se tudo ocorrer conforme o que foi contratado, a compradora emitirá um termo de aceite da máquina, liberando, concomitantemente, o pagamento da obrigação resultante da compra. De acordo com a NBC T 19.30 – Receitas, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.187/09, a ocasião CORRETA para o reconhecimento da receita é:

- a) no momento da emissão da nota fiscal, pois neste instante se reconhecem na escrituração o direito a receber do cliente e a respectiva baixa dos estoques.
- b) no momento da saída das mercadorias, pois neste instante ocorre o fato gerador do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
- c) no momento da entrega das mercadorias ao cliente, pois neste instante o cliente declara que recebeu as mercadorias mediante assinatura no canhoto da Nota Fiscal.
- d) quando o comprador aceitar a entrega e a instalação e a inspeção forem concluídas.

19. De acordo a NBC T 19.37 - Investimento em Coligada e em Controlada, o investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna coligada ou controlada. Na aquisição do investimento, quaisquer diferenças entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo dos ativos e passivos líquidos, identificáveis da investida, devem ser contabilizadas. Com relação a esse assunto, assinale a opção CORRETA.

- a) O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada ou controlada (neste caso, no balanço individual da controladora) deve ser incluído no valor contábil do investimento e sua amortização não é permitida.
- b) O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada ou controlada (neste caso, no balanço individual da controladora) não deve ser incluído no valor contábil do investimento e sua amortização não é permitida.

- c) O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada ou controlada deve ser registrado no ativo intangível e, caso a entidade seja incapaz de fazer uma estimativa confiável da sua vida útil para amortização, presume-se que a vida útil seja de dez anos.
- d) Nenhuma das anteriores.

20. A controladora industrial ABC e suas controladas divulgaram suas demonstrações contábeis individuais, com a lista das propriedades que possuem:

Propriedade 1 – um terreno da controladora ABC mantido para uso futuro indeterminado.

Propriedade 2 – uma sala comercial da controladora ABC alugada para terceiros.

Propriedade 3 – uma sala comercial de uma empresa imobiliária controlada pela controladora ABC, disponível para venda no curso normal de suas atividades.

Propriedade 4 – galpão que abriga as atividades industriais da controladora ABC.

De acordo com a NBC T 19.26 – Propriedade para Investimento, assinale a opção que apresenta os ativos que NÃO se qualificam como propriedades para investimento.

- a) Propriedade 1 e Propriedade 2.
- b) Propriedade 1 e Propriedade 4.
- c) Propriedade 2 e Propriedade 3.
- d) Propriedade 3 e Propriedade 4.

21. Uma entidade está reorganizando suas atividades em 3 unidades industriais devido a uma redução significativa na demanda dos produtos por elas produzidos. As unidades “X” e “Y” terão suas atividades encerradas até final do exercício corrente. Na unidade “Z”, apenas uma máquina, que corresponde a uma linha de produção será desativada temporariamente, sendo feita a sua devida manutenção e conservação até que haja um aumento na demanda dos produtos para a sua reativação.

De acordo com a NBC T 19.28 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, assinale a opção que apresenta o CORRETO tratamento do ponto de vista de operações descontinuadas, no encerramento do exercício.

- a) Somente a máquina da unidade “Z” será considerada como operação descontinuada.
- b) As unidades “X” e “Y” e a máquina da unidade “Z” serão consideradas como operações descontinuadas.

- c) As unidades “X” e “Y” serão consideradas como operações descontinuadas.
- d) As unidades “X” e “Y” não serão consideradas operações descontinuadas. Pois serão apenas encerradas; e a máquina da unidade “Z” não será considerada como descontinuada, pois pode vir a ser reativada quando houver aumento da demanda.

22. No que tange à mensuração do estoque, conforme a NBC T 19.20 – Estoques, assinale a opção INCORRETA.

- a) A alocação de custos fixos indiretos de fabricação às unidades produzidas deve ser baseada na capacidade normal de produção. A capacidade normal é a produção média que se espera atingir ao longo de vários períodos em circunstâncias normais. Com isso, leva-se em consideração, para a determinação dessa capacidade normal, a parcela da capacidade total não utilizada por causa de manutenção preventiva, de férias coletivas e de outros eventos semelhantes considerados normais para a entidade.
- b) Os custos fixos não alocados aos produtos devem ser reconhecidos diretamente como despesa no período em que são incorridos. Em períodos de anormal alto volume de produção, o montante de custo fixo alocado a cada unidade produzida deve ser aumentado, de maneira que os estoques não sejam mensurados abaixo do custo.
- c) Outros custos que não de aquisição nem de transformação devem ser incluídos nos custos dos estoques somente na medida em que sejam incorridos para colocar os estoques no seu local e nas suas condições atuais. Por exemplo, pode ser apropriado incluir no custo dos estoques os gastos gerais que não sejam de produção ou os custos de desenho de produtos para clientes específicos.
- d) Nos custos de transformação de estoques incluem-se os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção, como pode ser o caso da mão-de-obra direta. Neles também está incluída a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.

23. De acordo com a definição de ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado disposta na NBC T 19.32 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, assinale a opção INCORRETA.

- a) Um ativo financeiro ou um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se for adquirido ou incorrido principalmente para a finalidade de venda ou de recompra em prazo muito curto.
- b) Um ativo financeiro ou um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se for no reconhecimento inicial, parte de carteira de instrumentos financeiros identificados que são gerenciados em conjunto e para os quais existe evidência de modelo real recente de tomada de lucros a curto prazo.

- c) Um ativo financeiro ou um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se for derivativo, exceto no caso de derivativo que seja contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e eficaz.
- d) Um ativo financeiro ou um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se for os que a entidade, após o reconhecimento inicial, designa como disponíveis para venda.

24. De acordo com a NBC T 7 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, na data de cada balanço, assinale a opção CORRETA.

- a) Os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos usando-se a taxa da transação; e os itens não monetários que são mensurados ao custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa cambial da data de fechamento.
- b) Os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos usando-se a taxa de fechamento; e os itens não monetários que são mensurados ao custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa cambial da data da transação.
- c) Os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos usando-se a taxa de fechamento; e os itens não monetários que são mensurados ao custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa cambial da data de fechamento.
- d) Nenhuma das anteriores.

25. A NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis dispõe que o relatório do Auditor Independente deve descrever a auditoria especificando alguns itens. Assinale a opção que apresenta o item NÃO previsto nestas especificações.

- a) A auditoria envolve a execução de procedimentos para obtenção de evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações nas demonstrações contábeis.
- b) Os sistemas eletrônicos de informação utilizados pela empresa foram avaliados pelo auditor independente quanto à segurança e à integridade dos dados que compõem a estrutura de escrituração contábil.
- c) Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro.
- d) A auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

26. A NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis cita a NBC TA 260 no que se refere a uma discussão sobre os aspectos qualitativos das práticas contábeis. Ao considerar esses aspectos, o auditor pode tomar conhecimento de uma possível tendenciosidade nos julgamentos da administração. O auditor pode concluir que o efeito cumulativo da falta de neutralidade, juntamente com o efeito de distorções não corrigidas, faz com que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto apresentem distorções relevantes. Os indicadores de falta de neutralidade que podem afetar a avaliação do auditor sobre se as demonstrações contábeis tomadas em conjunto apresentam distorções relevantes incluem:

- a) a correção seletiva de erros que chamou a atenção da administração durante a auditoria.
- b) a discordância da administração quanto aos ajustes de divergências materiais detectadas no decorrer dos trabalhos de auditoria.
- c) o favorecimento a determinada classe de acionistas da companhia por ocasião da proposta de distribuição de dividendos.
- d) a elaboração de estimativas contábeis em desconformidade com a avaliação dos assessores jurídicos da empresa.

27. Ao definir uma amostra de auditoria, o auditor deve considerar a finalidade do procedimento de auditoria e as características da população da qual será retirada a amostra. O auditor deve determinar o tamanho de amostra suficiente para reduzir o risco de amostragem a um nível mínimo aceitável de forma que:

- a) se caracterize a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens de população relevante.
- b) com a aplicação da técnica adequada, os itens mais relevantes possam ser selecionados, reduzindo o risco de amostragem a um nível mínimo aceitável.
- c) cada unidade de amostragem da população tenha a mesma chance de ser selecionada.
- d) o volume de itens selecionados para teste seja compatível com o volume de horas contratadas para a execução dos trabalhos.

28. De acordo com a NBC TA 560 – Eventos Subsequentes, o auditor independente deve executar procedimentos de forma a cobrir o período entre a data das demonstrações contábeis e a data do seu relatório, ou o mais próximo possível dessa data, levando em consideração a avaliação de risco para determinar a natureza e extensão dos procedimentos de auditoria, EXCETO:

- a) a obtenção de entendimento dos procedimentos estabelecidos pela administração para assegurar que os eventos subsequentes são identificados.
- b) a indagação à administração e, quando apropriado, aos responsáveis pela governança sobre a ocorrência de eventos subsequentes que poderiam afetar as demonstrações contábeis.
- c) a leitura das atas, se houver, das reuniões dos proprietários (dos acionistas em sociedade anônima), da administração e dos responsáveis pela governança da entidade, realizadas após a data das demonstrações contábeis, e indagação sobre assuntos discutidos nas reuniões para as quais as atas ainda não estão disponíveis.
- d) a leitura de atos publicados pelos órgãos reguladores e pelo fisco após a data do encerramento do exercício que possam alterar as estimativas contábeis, vindo a representar um incremento qualitativo nas informações a serem divulgadas, mediante o ajuste retroativo de tais estimativas.

29. Conforme a NBC T 19.10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ao avaliar se há alguma indicação de que uma perda por desvalorização, reconhecida em períodos anteriores para um ativo, com exceção do ágio (*goodwill*), possa ter diminuído ou possa não mais existir, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações, EXCETO:

- a) o valor de mercado do ativo aumentou significativamente durante o período.
- b) ocorreram, durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas, com efeito favorável sobre a entidade, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual ela opera ou no mercado no qual o ativo é utilizado.
- c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado aplicáveis sobre o retorno de investimentos aumentaram durante o período e esses aumentos possivelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor do ativo em uso e aumentarão substancialmente seu valor recuperável.
- d) ocorreram, durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas, com efeito favorável sobre a entidade, na medida ou maneira pela qual o ativo é utilizado ou deverá ser utilizado. Essas mudanças incluem gastos incorridos durante o período, com a finalidade de melhorar ou aprimorar o desempenho de um ativo ou de reestruturar a operação à qual o ativo pertence.

30. De acordo com a NBC TA 315 – Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e de seu Ambiente, Risco de Negócio é o que:

- a) resulta de condições, eventos, circunstâncias, ações ou falta de ações significativas que possam afetar adversamente a capacidade da entidade de alcançar seus objetivos e executar suas estratégias, ou do estabelecimento de objetivos ou estratégias inadequadas.
- b) envolve transações significativas que estejam fora do curso normal do negócio para a entidade ou que de outra forma pareçam não usual.
- c) a avaliação da administração determina no ambiente de negócios da entidade e se o risco é apropriado às circunstâncias, incluindo a natureza, o tamanho e a complexidade do negócio.
- d) considera a probabilidade de distorção relevante, inclusive a possibilidade de múltiplas distorções, e se a distorção potencial é de tal magnitude que possa resultar para a entidade um risco de negócio.

31. De acordo com a NBC TA 315 – Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e de seu Ambiente, o auditor deve identificar e avaliar os riscos de distorção relevante: a) no nível das demonstrações contábeis; e b) no nível de afirmação para classes de transações, saldos de conta e divulgações, para fornecer uma base para a concepção e execução de procedimentos adicionais de auditoria. Para atingir este propósito, o auditor deve, EXCETO:

- a) identificar riscos ao longo de todo o processo de obtenção do entendimento da entidade e do seu ambiente, inclusive controles relevantes relacionados com os riscos, e considerando as classes de transações, saldos de contas e divulgações nas demonstrações contábeis.
- b) avaliar os riscos identificados e avaliar se eles se relacionam de forma generalizada às demonstrações contábeis como um todo e afetam potencialmente muitas afirmações.
- c) selecionar em conjunto com a administração os riscos, levando em conta os já testados pelo auditor, a fim de identificar os riscos residuais para serem avaliados nos testes substantivos realizados na etapa final da auditoria.
- d) relacionar os riscos identificados àquilo que pode dar errado no nível da afirmação, levando em conta os controles relevantes que o auditor pretende testar.

32. De acordo com a NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente, considerando o texto a seguir referente à Base para opinião com ressalva, preencha as lacunas abaixo, e, em seguida assinale a opção CORRETA.

“Os estoques da Companhia estão apresentados no balanço patrimonial por R\$XXX. A administração não avaliou os pelo valor entre o e o valor líquido de realização, mas somente pelo custo, o que representa um em relação às contábeis adotadas no Brasil. Os da Companhia indicam que se a administração tivesse avaliado os estoques pelo menor valor entre o custo e o valor, teria sido necessário uma provisão de R\$XXX para reduzir os estoques ao valor líquido de realização. Consequentemente, o lucro líquido e o patrimônio líquido teriam sido em R\$XXX e R\$XXX, respectivamente, após os efeitos tributários”.

- a) estoques, maior, custo, afastamento, políticas, documentos, justo, aumentados.
- b) itens, maior, custo, erro, políticas, dados, justo, aumentados.
- c) itens, menor, líquido, desacordo, normas, documentos, líquido, reduzidos.
- d) estoques, menor, custo, desvio, práticas, registros, líquido de realização, reduzidos.

33. De acordo com a NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente, escolha o tipo de opinião modificada que o auditor independente deve expressar ou abster-se, quando, ao concluir sua auditoria, encontrar as seguintes situações:

- (i) tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis; ou**
- (ii) não consegue obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para suportar sua opinião, mas ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas, não, generalizados.**

- a) abstenção de opinião.
- b) opinião adversa.
- c) opinião com ressalva.
- d) opinião modificada com ênfase.

34. De acordo com a NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente, quando a modificação da opinião é decorrente da impossibilidade de obter evidência apropriada e suficiente de auditoria, o auditor deve usar uma frase-padrão para a opinião modificada, que é:

- a) “sujeito aos possíveis efeitos dos assuntos...”
- b) “com base nos possíveis efeitos dos assuntos...”
- c) “em decorrência dos possíveis efeitos dos assuntos...”
- d) “exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos...”

35. De acordo com a NBC TA 300 – Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis, o planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria. Com base nesse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações de várias maneiras, por auxiliar o auditor independente a planejar o tipo da opinião e a emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.
- b) Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações de várias maneiras, por auxiliar o auditor independente a dedicar atenção apropriada às áreas importantes da auditoria e a identificar e resolver tempestivamente problemas potenciais.
- c) Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações de várias maneiras, por auxiliar o auditor independente a organizar adequadamente o trabalho de auditoria para que seja realizado de forma eficaz e eficiente.
- d) Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações de várias maneiras, por auxiliar o auditor independente na seleção dos membros da equipe de trabalho com níveis apropriados de capacidade e competência para responderem aos riscos esperados e na alocação apropriada de tarefas.

36. De acordo com a NBC TA 300 – Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis, durante as atividades de planejamento, o auditor deve estabelecer uma estratégia global de auditoria que defina o alcance, a época e a direção da auditoria, para orientar o desenvolvimento do plano de auditoria. Com relação a esse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) Ao definir a estratégia global, entre outros aspectos, o auditor deve considerar os fatores que no julgamento profissional do auditor são significativos para orientar os esforços da equipe do trabalho.
- b) Ao definir a estratégia global, entre outros aspectos, o auditor deve definir os objetivos do relatório do trabalho de forma a planejar a época da auditoria e a natureza das comunicações requeridas.

- c) Ao definir a estratégia global, entre outros aspectos, o auditor deve determinar a natureza, a época e a extensão dos recursos necessários para realizar o trabalho.
- d) Ao definir a estratégia global, entre outros aspectos, o auditor deve elaborar a carta de contratação e solicitar para que a administração confirme o recebimento da carta e concorde com os termos da contratação nela descritos.

37. De acordo com a NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, o termo Asseguração Razoável é, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis:

- a) um nível baixo, mas não relativo, de segurança.
- b) um nível alto, mas não absoluto, de segurança.
- c) um nível alto, mas não relativo, de segurança.
- d) um nível baixo, mas não absoluto, de segurança.

38. De acordo com a NBC TA 700 – Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis e considerando o texto a seguir referente à Responsabilidade dos auditores independentes, preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

“Nossa responsabilidade é a de uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências pelos auditores e que a auditoria seja e executada com o objetivo de obter razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do do auditor, incluindo a avaliação dos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.”

- a) exprimir, conduzida, morais, programada, certeza, testes, juízo, erros, exprimir, adequação.
- b) expressar, conduzida, éticas, planejada, segurança, procedimentos, julgamento, riscos, expressar, razoabilidade.
- c) exprimir, elaborada, morais, planejada, confiança, métodos, julgamento, erros, exprimir, exatidão.
- d) expressar, elaborada, éticas, programada, confiança, testes, juízo, riscos, expressar, confiabilidade.

39. De acordo com a NBC TA 320 – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria, a determinação de materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional e é afetada pela percepção do auditor das necessidades de informações financeiras dos usuários das demonstrações contábeis. Com base nesse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) Nesse contexto, é razoável que o auditor assuma que os usuários reconhecem a exatidão da mensuração de valores baseados no uso de estimativas, julgamento e a consideração sobre eventos futuros.
- b) Nesse contexto, é razoável que o auditor assuma que os usuários possuem conhecimento razoável de negócios, atividades econômicas, de contabilidade e a disposição de estudar as informações das demonstrações contábeis com razoável diligência.
- c) Nesse contexto, é razoável que o auditor assuma que os usuários entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas, considerando níveis de materialidade.
- d) Nesse contexto, é razoável que o auditor assuma que os usuários tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.

40. De acordo com a NBC T 19.25 – Informações por Segmento, os segmentos operacionais apresentam, muitas vezes, desempenho financeiro de longo prazo semelhante se possuírem características econômicas similares. Por exemplo, para dois segmentos operacionais, caso suas características econômicas sejam semelhantes, seriam esperadas margens brutas médias semelhantes no longo prazo. Dois ou mais segmentos operacionais podem ser agregados em um único segmento operacional se a agregação for compatível com o princípio básico desta Norma, se os segmentos tiverem características econômicas semelhantes e se forem semelhantes em relação a cada um dos seguintes aspectos, EXCETO:

- a) a natureza dos processos de produção.
- b) o tipo ou a categoria de clientes dos seus produtos e serviços.
- c) os métodos usados para desenvolver os seus produtos ou planejar os serviços.
- d) se aplicável, a natureza do ambiente regulatório, por exemplo, bancos, seguros ou serviços de utilidade pública.

41. Conforme a NBC T 19.7 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as provisões podem ser distintas de outros passivos, tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência (*accruals*) porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação. Com relação a esse assunto, assinale a opção CORRETA.

- a) As contas a pagar são passivos a pagar por conta de bens ou serviços fornecidos ou recebidos, mesmo que não tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor.
- b) Os passivos derivados de apropriações por competência (*accruals*) são passivos que não tenham sido pagos, e incluem exclusivamente valores devidos a empregados (por exemplo, valores relacionados com pagamento de férias). Embora algumas vezes seja necessário estimar o valor ou prazo desses passivos, a incerteza é geralmente muito menor do que nas provisões.
- c) As contas a pagar são passivos a pagar por conta exclusiva de bens fornecidos ou recebidos e que tenham sido faturados ou formalmente acordados com o fornecedor.
- d) Os passivos derivados de apropriações por competência (*accruals*) são passivos a pagar por bens ou serviços fornecidos ou recebidos, mas que não tenham sido pagos, faturados ou formalmente acordados com o fornecedor, incluindo valores devidos a empregados (por exemplo, valores relacionados com pagamento de férias). Embora algumas vezes seja necessário estimar o valor ou o prazo desses passivos, a incerteza é geralmente muito menor do que nas provisões.

42. A NBC TA 570 – Continuidade Operacional dispõe que, a menos que todos os responsáveis pela governança estejam envolvidos na administração da entidade, o auditor deve comunicar a esses responsáveis os eventos ou as condições identificadas que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional. Com relação a esse assunto, assinale a opção que apresenta informação NÃO incluída nessa comunicação com os responsáveis pela governança.

- a) A estimativa do valor justo dos ativos e passivos e, conseqüentemente, do patrimônio líquido ajustado estimado para a liquidação da sociedade.
- b) Se os eventos ou condições constituem incerteza significativa.
- c) Se o uso do pressuposto de continuidade operacional é apropriado na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis.
- d) A adequação da respectiva divulgação nas demonstrações contábeis.

43. A NBC T 19.21 – Contratos de Construção menciona que a receita do contrato é medida pelo valor justo da retribuição recebida ou a receber. A mensuração da receita do contrato pode ser afetada por incertezas que dependem do desfecho de acontecimentos futuros. As estimativas necessitam, muitas vezes, ser revistas à medida que os acontecimentos ocorrem e as incertezas se resolvem. Por isso, a quantia da receita do contrato pode aumentar ou diminuir de um período para o outro. Assinale a opção que apresenta o exemplo CORRETO deste tipo de acontecimento.

- a) Contratante e contratado podem acordar variações ou reivindicações que aumentem ou diminuam a receita do contrato em período subsequente àquele em que o contrato foi inicialmente acordado.
- b) A quantia da despesa estimada em contrato de preço fixo pode aumentar em consequência de cláusulas de aumento de custos.
- c) A quantia da receita do contrato pode diminuir como consequência de penalidades provenientes de atrasos imputáveis a terceiros.
- d) Quando o contrato de preço fixo está relacionado à conclusão de cada unidade, a receita do contrato permanece fixa na proporção das unidades concluídas.

44. Conforme a NBC T 19.1 – Ativo Imobilizado, a depreciação do ativo se inicia quando este está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração. Com relação à depreciação, assinale a opção INCORRETA.

- a) A depreciação de um ativo deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda.
- b) A depreciação de um ativo deve cessar na data em que o ativo é baixado.
- c) A depreciação cessa quando o ativo se torna ocioso ou é retirado do uso normal.
- d) De acordo com os métodos de depreciação pelo uso, a despesa de depreciação pode ser zero enquanto não houver produção.

45. De acordo com a NBC T 19.29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, a entidade deve apresentar a conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente. A conciliação inclui:

- a) ganho ou perda decorrente da mudança no valor justo antes da dedução da despesa de venda.
- b) reduções atribuíveis às vendas e aos ativos biológicos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos mantidos para essa finalidade.
- c) somente as diferenças cambiais líquidas decorrentes de conversão das demonstrações contábeis para outra moeda de apresentação.
- d) reduções devido às compras.

46. Conforme a NBC T 19.11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, ao corrigir os erros materiais de períodos anteriores, retrospectivamente, no primeiro conjunto de demonstrações contábeis cuja autorização para publicação ocorra após a descoberta de tais erros, a entidade deve divulgar, EXCETO:

- a) a natureza do erro de período anterior.
- b) o montante da retificação para cada período anterior apresentado, na medida em que seja praticável, para cada item afetado da demonstração contábil; e se a NBC TS sobre Resultado por Ação se aplicar à entidade, para resultados por ação básicos e diluídos.
- c) o recálculo dos dividendos propostos para cada período anterior apresentado.
- d) as circunstâncias que levaram à existência dessa condição e uma descrição de como e desde quando o erro foi corrigido, se a reapresentação retrospectiva for impraticável para um período anterior em particular.

47. Conforme a NBC T 19.33 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e o montante líquido apresentado nas demonstrações contábeis, quando, e somente quando, a entidade:

- a) dispõe de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido; e tiver a intenção tanto de liquidar em base líquida quanto de realizar o ativo e de liquidar o passivo simultaneamente.
- b) dispõe de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido; independentemente da intenção de liquidar em base líquida, ou de realizar o ativo e de liquidar o passivo simultaneamente.
- c) tiver a intenção de liquidar em base líquida, ou de realizar o ativo e de liquidar o passivo simultaneamente, independentemente de direito legalmente executável, considerando a essência sobre a forma das transações.
- d) tiver a intenção de realizar o ativo e o passivo simultaneamente.

48. Conforme a NBC T 19.22 – Custos de Empréstimos, à medida que a entidade contrata empréstimos sem destinação específica e os usa com o propósito de obter um ativo qualificável, ela deve determinar o montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização, aplicando uma taxa de capitalização aos gastos com tal ativo. A taxa de capitalização deve ser:

- a) a média simples dos custos dos empréstimos que estiveram vigentes durante o período, diferentemente dos empréstimos feitos especificamente com o propósito de se obter um ativo qualificável.
- b) a média ponderada dos custos dos empréstimos que estiveram vigentes durante o período, diferentemente dos empréstimos feitos especificamente com o propósito de se obter um ativo qualificável.
- c) a média simples dos custos dos empréstimos que estiveram vigentes durante o período, inclusive dos empréstimos feitos especificamente com o propósito de se obter um ativo qualificável.
- d) a média ponderada dos custos dos empréstimos que estiveram vigentes durante o período, inclusive dos empréstimos feitos especificamente com o propósito de se obter um ativo qualificável.

49. De acordo com a NBC T 10.2 – Operações de Arrendamento Mercantil, assinale a opção que apresenta uma informação NÃO condizente com as regras de mensuração subsequente de arrendamentos mercantis financeiros.

- a) Os pagamentos mínimos do arrendamento mercantil devem ser segregados entre encargo financeiro e redução do passivo em aberto. O encargo financeiro deve ser imputado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil de forma a produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos contingentes devem ser contabilizados como despesa nos períodos em que são incorridos.
- b) Um arrendamento mercantil financeiro dá origem a uma despesa de depreciação relativa a ativos depreciáveis, assim como uma despesa financeira para cada período contábil. A política de depreciação para os ativos arrendados depreciáveis deve ser consistente com a dos demais ativos depreciáveis e a depreciação reconhecida deve ser calculada de acordo com as regras aplicáveis aos ativos imobilizados (e com as relativas à amortização dos ativos intangíveis quando pertinente). Se não houver certeza razoável de que o arrendatário virá a obter a propriedade no fim do prazo do arrendamento mercantil, o ativo deve ser totalmente depreciado durante o prazo do arrendamento mercantil ou da sua vida útil, o que for menor.
- c) O valor depreciável de ativo arrendado é alocado a cada período contábil durante o período de uso esperado em base sistemática consistente com a política de depreciação que o arrendatário adote para os ativos depreciáveis de que seja proprietário. Se houver certeza razoável de que o arrendatário virá a obter a propriedade no fim do prazo do arrendamento mercantil, o período de uso esperado é a vida útil do ativo; caso contrário, o ativo é depreciado durante o prazo do arrendamento mercantil ou da sua vida útil, dos dois o maior.
- d) A soma da despesa de depreciação do ativo e da despesa financeira do período é raramente igual ao pagamento da prestação do arrendamento mercantil durante o período, sendo, por isso, inadequado simplesmente reconhecer os pagamentos da prestação do arrendamento mercantil como despesa. Por conseguinte, é improvável que o ativo e o passivo relacionado sejam de valor igual após o começo do prazo do arrendamento mercantil.

50. De acordo com a NBC T 19.17 – Ajuste a Valor Presente, assinale a opção que apresenta somente operações NÃO sujeitas à contabilização do ajuste a valor presente, independentemente de classificação entre curto e longo prazo ou relevância.

- a) Saldo do ICMS a pagar diferido para pagamento em longo prazo, sem a incidência de juros ou atualização monetária, ou com juros bem aquém das condições normais de mercado; operações de mútuo com data de vencimento definida; financiamentos do BNDES, contratados com taxas de juros diferentes das taxas praticadas pelo mercado em geral.
- b) Operações de mútuo com data de vencimento indefinida; financiamentos do BNDES, contratados com taxas de juros diferentes das taxas praticadas pelo mercado em geral; valores a receber e a pagar, sujeitos à atualização monetária com base em índices de preços ou inflacionários, sem juros.
- c) Operações de mútuo com data de vencimento indefinida; financiamentos do BNDES, contratados com taxas de juros diferentes das taxas praticadas pelo mercado em geral; dívida consolidada do Refis sujeita à liquidação com base em percentual da receita bruta.
- d) Créditos de imposto de renda a serem utilizados em pedidos de compensação ou restituição; valores a receber e a pagar, sujeitos à atualização monetária com base em índices de preços ou inflacionários, sem juros; saldo do ICMS a pagar diferido para pagamento a longo prazo, sem a incidência de juros ou atualização monetária, ou com juros bem aquém das condições normais de mercado.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

- 51. Comente a respeito da estrutura do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.**
- 52. Discorra sobre o que representa cada demonstração contábil prevista nas Normas Brasileiras de Contabilidade.**

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO

ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	☐	☐	☐	☐
02	☐	☐	☐	☐
03	☐	☐	☐	☐
04	☐	☐	☐	☐
05	☐	☐	☐	☐
06	☐	☐	☐	☐
07	☐	☐	☐	☐
08	☐	☐	☐	☐
09	☐	☐	☐	☐
10	☐	☐	☐	☐
11	☐	☐	☐	☐
12	☐	☐	☐	☐
13	☐	☐	☐	☐
14	☐	☐	☐	☐
15	☐	☐	☐	☐
16	☐	☐	☐	☐
17	☐	☐	☐	☐
18	☐	☐	☐	☐
19	☐	☐	☐	☐
20	☐	☐	☐	☐
21	☐	☐	☐	☐
22	☐	☐	☐	☐
23	☐	☐	☐	☐
24	☐	☐	☐	☐
25	☐	☐	☐	☐

	A	B	C	D
26	☐	☐	☐	☐
27	☐	☐	☐	☐
28	☐	☐	☐	☐
29	☐	☐	☐	☐
30	☐	☐	☐	☐
31	☐	☐	☐	☐
32	☐	☐	☐	☐
33	☐	☐	☐	☐
34	☐	☐	☐	☐
35	☐	☐	☐	☐
36	☐	☐	☐	☐
37	☐	☐	☐	☐
38	☐	☐	☐	☐
39	☐	☐	☐	☐
40	☐	☐	☐	☐
41	☐	☐	☐	☐
42	☐	☐	☐	☐
43	☐	☐	☐	☐
44	☐	☐	☐	☐
45	☐	☐	☐	☐
46	☐	☐	☐	☐
47	☐	☐	☐	☐
48	☐	☐	☐	☐
49	☐	☐	☐	☐
50	☐	☐	☐	☐